



Interpelação Escrita

Os três trabalhos principais do metro ligeiro são os “serviços de gestão do projecto e de assistência técnica”, o “sistema e material circulante” e a “construção civil da estrutura principal”, estando estes trabalhos interconectados. No passado, o relatório de auditoria específica em relação aos “serviços de gestão do projecto e de assistência técnica”, efectuado pelo Comissariado de Auditoria (CA), demonstrou que os serviços adjudicados ao respectivo consórcio não tinham conseguido atingir as exigências do Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes (GIT), nomeadamente, os documentos do concurso de adjudicação não estavam correctos, os níveis de profissionalismo deviam ser melhorados e o pessoal de gestão do projecto não era suficiente, tendo o GIT emitido advertências e aplicado multas ao respectivo consórcio, contudo, foi-lhes renovado o contrato por duas vezes, e o valor das três adjudicações atingiu cerca de 300 milhões de patacas. Recentemente, através de uma divulgação do Governo, tomei conhecimento de que os “serviços de gestão do projecto e de assistência técnica” foram adjudicados por ajuste directo à empresa *MTR Corporation Limited* de Hong Kong (doravante designada por Metro de Hong Kong) por um valor de 474 milhões de patacas.

O metro ligeiro é uma obra pública com a qual todos estão preocupados, e os residentes só conseguem ter conhecimento das questões relacionadas



com o metro ligeiro através dos relatórios de auditoria e dos despachos de cobertura financeira. Os residentes acham que o Governo tem sempre uma “entrada de leão e saída de sendeiro”, pois há falta de divulgação e de transparência relacionadas com os “serviços de gestão do projecto e de assistência técnica” adjudicados ao respectivo consórcio. De facto, a lei actualmente em vigor permite adjudicações por ajuste directo, contudo, um Governo transparente deve esclarecer a sociedade quanto aos fundamentos para a mudança de empresa e para o ajuste directo, pois não se deve esperar que os problemas aconteçam para só depois os resolver.

— Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O GIT é responsável pela fiscalização dos “serviços de gestão do projecto e de assistência técnica”, mas, de acordo com as situações do passado, existe alguma falta de controlo nesta fiscalização. Com vista a prevenir que os problemas do passado voltem a acontecer agora no âmbito da cooperação com a empresa Metro de Hong Kong, como é que os serviços competentes vão melhorar os respectivos mecanismos?
2. Foram despendidas somas avultadas do erário público nos “serviços de gestão do projecto e de assistência técnica” e existem muitas opiniões na sociedade contra os investimentos efectuados nas obras do metro ligeiro, contudo, se as obras tivessem corrido melhor, acredito que haveria menos



vozes contra o metro ligeiro. Um Governo responsável deve aumentar os níveis de transparência das suas políticas, nomeadamente, dando a conhecer como é que foi gasto o erário público. Sendo o GIT o serviço responsável pela fiscalização dos “serviços de gestão do projecto e de assistência técnica”, então, como é que este serviço vai avaliar o trabalho efectuado pelo consórcio desde Março de 2009 até agora, nomeadamente, quais foram os trabalhos executados na construção do metro ligeiro, as sanções aplicadas e os fundamentos para a renovação do contrato por duas vezes?

3. Verifica-se uma menor transparência no tocante aos “serviços de gestão do projecto e de assistência técnica” do que em relação ao “sistema e material circulante” e à “construção civil da estrutura principal”. Como é que os serviços competentes vão aumentar, no futuro, os níveis de transparência?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Chan Meng Kam

6 de Junho de 2016